

Autódromo de Deodoro ou Floresta do Camboatá: redes tecnopolíticas no território¹

DOI: 10.12957/irei.2024.79730

Juan Manuel Salmentón²
Tamara Tania Cohen Egler³

Resumo

A construção do Autódromo de Deodoro implicava o desmatamento da Floresta do Camboatá, último remanescente da variante de terras baixas do bioma Mata Atlântica no Município do Rio de Janeiro. A resistência ao projeto, articulada pelo movimento social SOS Floresta do Camboatá por mais de dez anos, desenvolveu estratégias de ação associadas ao avanço da inovação tecnológica na comunicação. O estudo do conflito levou-nos a reconstruir analiticamente duas redes de ação antagônicas: a Rede do Autódromo e a Rede da Floresta. Ambas são formadas por atores da sociedade civil, do Estado e agentes internacionais. Metodologicamente, foram aplicados categorias e conceitos na interdisciplinaridade, visando examinar como as duas redes se organizaram no espaço vital e no espaço virtual. O levantamento de dados foi realizado pela elaboração de uma cronologia da ação sobre os fatos políticos de cada rede, no período de 2008 a 2022. Entre elas se define um conflito: por um lado, a Rede do Autódromo, que inclui corporações do capital internacional para transformar o espaço urbano em recurso, para a acumulação de capital; e, por outro lado, a Rede da Floresta, que se forma com a participação de cidadãos locais e faz a defesa de *abrigo*, pelo direito à cidade.

Palavras-chave

redes tecnopolíticas; autódromo; floresta; direito à cidade; globalização.

Deodoro Racetrack or Camboatá Forest: Technopolitical networks in this territory

Abstract

The construction of the Deodoro Racetrack implicated in the deforestation of the Camboatá Forest, the last remaining lowlands variation of the Atlantic Forest biome in the City of Rio de Janeiro. The resistance to the project, which was organized by the SOS Camboatá Forest social movement for over ten years, developed

¹ O presente artigo é um produto da dissertação de mestrado de Juan M. Salmentón, “Floresta do Camboatá: uma floresta ciborgue”, sob orientação da Prof. Tamara Tania Cohen Egler, defendida no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR, UFRJ, em 2023.

² Professora titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro-IPPUR/UFRJ. E-mail: tamaraegler@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-6549-7343>.

³ Mestrando do IPPUR/UFRJ. E-mail: jsalmenton@gmail.com. <https://orcid.org/0009-0006-1005-7846>.

action strategies associated to the progress of technological innovation in communication. The conflict's study led us to analytically rebuild two antagonistic action networks: the Racetrack Network and the Forest Network. Both are formed by actors in civil society, State and international agents. Methodologically, categories and concepts in interdisciplinarity were applied, aiming to examine how the two networks organized themselves in the vital and virtual spaces. The gathering of data was carried out by elaborating a chronology of action regarding the political facts of each network, from 2008 to 2022. A conflict is defined between them: on one side, the Racetrack Network, which includes corporations of the international capital to turn the urban space into a resource, in order to accumulate capital; and, on the other side, the Forest Network, which is formed by the participation of local citizens and advocates for shelter, for the right to the city.

Keywords

technopolitical networks; racetrack; forest; right to the city; globalization.

Introdução

O conflito que estudamos pode ser compreendido a partir da conformação de duas redes tecnopolíticas que reconstituímos analiticamente: a Rede do Autódromo e a Rede da Floresta. Partindo da proposição de que os agentes implicados atuaram em redes tecnopolíticas, consubstanciadas em formas de ação mediadas pelos sistemas informáticos, pretendemos igualmente averiguar como o avanço da tecnologia transforma as formas de dominação e de resistência social nos territórios.

A Rede do Autódromo tem por objetivo a substituição pura e simples da floresta por um autódromo. Nela identificamos a forte presença de atores globais associados ao capital financeiro e à indústria automobilística. Já a Rede da Floresta visa a sua manutenção, na perspectiva da preservação da biodiversidade e do direito à cidade. Tem à frente um movimento social local, SOS Floresta do Camboatá, organizado por moradores e colaboradores, apresentando a particularidade, enquanto inserido numa rede tecnopolítica, de se apropriar das tecnologias de informação e comunicação (TICs) para a defesa do bem comum. A construção do Autódromo de Deodoro implicava, necessariamente, a derrubada da Floresta do Camboatá. Assim, o conflito tem como objeto, em síntese, precisamente o espaço onde se situa a floresta.

Na perspectiva da Teoria Ator-Rede, Bruno Latour define *rede sociotécnica* como a interconexão de pessoas e objetos de forma horizontal, conformando um coletivo híbrido. Os atores não humanos, os objetos e/ou elementos materiais são considerados como partícipes nas interações e não meramente em termos de seu uso pelos humanos. Assim, Latour chega à compreensão da ação desde a associação de atores humanos e não humanos: na rede sociotécnica, todos são atores. A agência do ator é compreendida como a ação que um faz ao outro, e não como uma intenção ou ação deliberada. A agência

aparece vinculada à capacidade do ator, humano ou não humano, de provocar e motivar outros atores da rede a executarem uma nova ação, considerando não laços de intencionalidade, mas sua qualidade de modificar, auxiliar ou mediar uma nova ação (Latour, 1994, 2012; Silva, 2018).

Consideramos duas categorias: redes sociotécnicas e redes tecnopolíticas. A rede sociotécnica é uma abstração filosófica, enquanto a rede tecnopolítica é historicamente determinada. Giuliano da Empoli cria a categoria tecnopolítica no desenvolver de sua pesquisa, quando faz a análise do comportamento da extrema-direita no campo político, e alerta para a análise de suas campanhas de operações de desinformação na escala global. Para o autor, além de causas econômicas e sociais objetivas, a raiva contemporânea nasce da irrupção de novas mídias e do enfraquecimento das organizações que tradicionalmente canalizavam a revolta popular, como os partidos de massa. Essas novas mídias teriam sido concebidas intencionalmente para exacerbar as paixões mais extremas (Empoli, 2019). Se o objetivo de determinada rede sociotécnica é interferir na política urbana, aspirando a concretizar determinado projeto espacial na cidade, podemos considerá-la uma *rede tecnopolítica*.

Para analisar as redes tecnopolíticas, o espaço virtual e seus fluxos de comunicação, sem limites territoriais, revelam-se imprescindíveis. O espaço virtual possibilita a concretização dos *impulsos globais* (Ribeiro, 2013) e tem hoje especial protagonismo na globalização. Ele é parte essencial do novo *meio técnico-científico-informacional* (Santos, 1996).

Para Milton Santos, o território é preparado pelo meio técnico-científico-informacional para se incorporar à nova fase internacional do capitalismo, ao processo da globalização. Por seu apelo totalitário, o autor chama esse processo de “globalitarismo”⁴. Para Ana Clara Torres Ribeiro, os impulsos globais são compostos por “técnicas de gestão e modelos de desenvolvimento difundidos na escala mundial; fundos de investimento em busca de valorização; orientações culturais e, também, projetos arquitetônicos, símbolos, imagens e discursos” (Ribeiro, 2013, p. 184).

As TICs são essenciais para a continuidade do projeto da modernidade (Santos, 1996). Porém, mesmo sendo uma nova expressão do sistema capitalista, enquanto técnica, as TICs não devem ser consideradas como um sistema completo que produz exclusivamente certos sujeitos de ação e inibe totalmente o desenvolvimento de outros. Pelo contrário, nenhum instrumento de dominação estaria a salvo de ser apropriado, no interior do que Paul Preciado designa, seguindo Foucault, de *práxis de resistência* (Preciado, 2004).

Considerando a possibilidade de conformação de redes tecnopolíticas de resistência, cabe perguntar se a Rede da Floresta pode ser compreendida como uma organização social inovadora para exercer o direito à cidade. Para indagar sobre essa

⁴ Ver documentário *Encontro com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá*. 2006. CALIBAN. Direção: Silvio Tendler. Consultoria: Ana Clara Torres Ribeiro, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Manoel Lemes da Silva Neto. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ifZ7PNTazgY>.

questão, a principal hipótese da nossa pesquisa considera que as novas dinâmicas de comunicação, possibilitadas pelo avanço das TICs, podem transformar a ação política, considerando que as redes tecnopolíticas refletem *novos sujeitos coletivos* (Sader, 1988) mediados pelas TICs, que através da sua ação podem chegar a resistir aos desdobramentos perversos da globalização sobre os seus territórios.

A metodologia exige incluir na análise as perspectivas do tempo e da ação no espaço virtual. Esse é o espaço do tempo instantâneo, das *lives* e do “ao vivo”, mas também é o espaço de um tempo histórico minuciosamente registrado. Durante a pesquisa, os perfis públicos do movimento SOS Floresta do Camboatá nas diferentes plataformas de comunicação virtual informavam sobre a atualidade do conflito. Além disso, resultaram importantes por apresentar um registro histórico das ações do coletivo. Os dados obtidos nessas fontes primárias virtuais foram contrastados com dados levantados por meio da análise de documentos oficiais produzidos por instituições estatais e de pesquisa, por empresas de assessoria ambiental, pelo próprio movimento e por outras organizações envolvidas.

Além desses documentos, conformamos uma base de dados, por meio de uma recompilação de reportagens e notícias da mídia com informação produzida desde o início do conflito, incluindo artigos jornalísticos de veículos midiáticos que consideramos atores na própria Rede da Floresta.

1. A sobrevivência da floresta

Localizada no bairro de Deodoro, no limite entre a zona norte e a zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, a Floresta do Camboatá ocupa uma área de 194 hectares, o equivalente a três vezes o bicentenário Jardim Botânico, situado na zona sul do Rio. Camboatá abriga o último traço das florestas ombrófilas de terras baixas no município, que possuem áreas alagadas e espécies vegetais e animais específicas que as diferenciam das demais florestas do município, como a Floresta da Tijuca e as outras localizadas nos maciços e picos que marcam a paisagem carioca, identificados na Figura 1.

Figura 1 - Localização da Floresta do Camboatá entre os maciços.



Fonte: Produzido pelos autores com base na foto do Earth Observatory. NASA.
Imagem original: *Rio de Janeiro: A Changing City*. 09/2015. Disponível em:
<https://earthobservatory.nasa.gov/images/88103/rio-de-janeiro-a-changing-city>.

Diferentes estudos ambientais apontaram a existência em Camboatá de espécies de flora e fauna em risco de extinção, entre as quais o jacaré-de-papo-amarelo e o *leptopanchax opalescens*, conhecido como peixe das nuvens, declarado em perigo crítico de extinção (GATE-MPRJ, *Parecer do MPRJ sobre o EIA-RIMA do Autódromo*, 2020).

Numa breve pesquisa histórica, constatamos que o território ocupado por essa floresta apresentou variações através do tempo enquanto sua constituição como *espaço geográfico*, mediante a interação entre diferentes *sistemas de objetos* e *sistemas de ações* pela mediação técnica (Santos, 1994). As mudanças de denominação podem ser entendidas como o corolário de um processo de reconstituição enquanto lugar. Essas variações – que incluem desde a denominação Sapopemba, referido à aldeia Tamoia, até Deodoro,

que remete ao marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente da República – são representações simbólicas que revelam como se configurou, como ensina Santos (1996), esse *território usado* como *abrigo* ou como *recurso*. O espaço como recurso é o espaço das empresas, enquanto o território como abrigo é o território dos *homens lentos*, do cidadão, do planeta e da natureza, além dos desígnios de produtividade e eficácia impostos pelo capitalismo (Santos, 1996). Conforme já foi observado, a Rede do Autódromo pretende o uso desse território como recurso, enquanto a Rede da Floresta concebe o seu uso como abrigo.

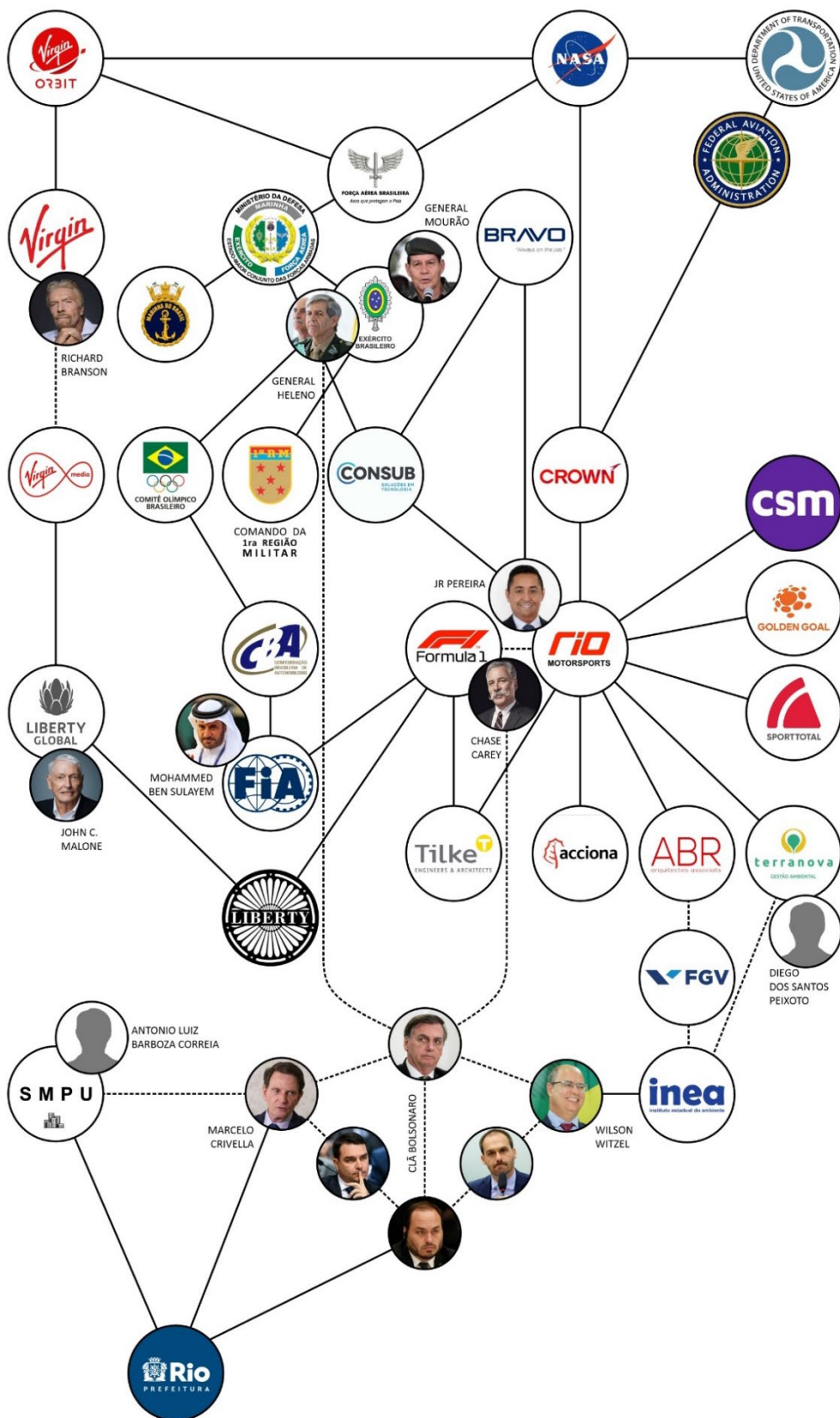
Para David Harvey, o processo urbano, assim como com o sistema financeiro, tem escopo global. Portanto, a luta pelo direito à cidade não só é uma luta global como também é empreendida predominantemente contra o capital financeiro, pois essa é a escala na qual o processo de urbanização opera na contemporaneidade (Harvey, 2012). A elaboração de uma cronologia da ação desde 2008 até 2022 foi fundamental para detectar alguns processos nos quais se inserem as ações do conflito por nós analisado, com a presença de atores globais, quer na Rede do Autódromo quer na Rede da Floresta. O que podemos aprender nos processos que visavam ao desmatamento de Camboatá para a construção do autódromo? E nos processos que o impediram, possibilitando a sobrevivência dessa floresta?

2. Rede do Autódromo: o território como recurso

A conformação da Rede do Autódromo teve início em 30 de junho de 2008. Nesse dia, o então prefeito do Rio de Janeiro, Cesar Maia, e o Ministério do Esporte, por um lado, e por outro, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e a Confederação Brasileira de Automobilismo (CBA) assinaram um convênio com o objetivo de providenciar um local para instalar um novo autódromo na cidade (Figura 2).

Órgão máximo do automobilismo brasileiro, a CBA, cuja sede fica no Rio de Janeiro, é filiada à Federação Internacional do Automóvel [Fédération Internationale de l'Automobile] (FIA), associação civil de caráter técnico-desportivo. A FIA, por sua vez, foi criada em 1904 para representar os interesses do automobilismo e orientar o uso de automóveis. Representante dos pilotos associados, foi ela que organizou o primeiro campeonato internacional de automobilismo, a Fórmula 1 (F1), em 1950, em Silverstone, Inglaterra.

Figura 2 - A Rede do Autódromo



Fonte: Produzido pelos autores.

Em janeiro de 2009, Eduardo Paes assumiu a prefeitura carioca, e sua gestão daria continuidade às iniciativas tomadas pela administração anterior no que dissesse respeito ao novo autódromo. Em outubro seguinte, Paes anunciou a intenção de construir o autódromo em Deodoro, num terreno que a União tinha adquirido em 1908 para uso do Exército, que então carecia de novos espaços para a instrução militar⁵. Na Floresta do Camboatá, área fizera parte anteriormente do Engenho e Fazenda de Sapopemba. Nas décadas de 1940 e 1950, abrigou o Depósito Central de Material Bélico do Exército, e desde as últimas décadas do século XX tem sido usada como área para treinamento militar na floresta.

Nos primeiros anos que se seguiram ao anúncio de Paes de instalar o autódromo em Camboatá, tiveram lugar alguns desdobramentos importantes. Em 2010, a prefeitura aprovou a Lei Complementar nº 108/2010⁶, “visando à realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016” (art. 1 da Lei), que, em seu artigo 30, refere-se especificamente ao Autódromo de Deodoro. Nesse mesmo ano a Fundação Getúlio Vargas (FGV) produziu um relatório favorável, na prática, à destruição da floresta. Em 2011, com base nesse relatório, o Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEA) emitiu uma licença prévia autorizando a construção do autódromo.

A participação do Exército ia além da posse do terreno, depois que o general Augusto Heleno se tornou diretor executivo de comunicação e educação corporativa do COB⁷. Ele ocupou o cargo de 2011 a 2017, anos decisivos na articulação entre diferentes entidades olímpicas e instituições governamentais. O Exército esteve sempre presente no conflito, mas a partir de 2017 novos atores entraram em cena.

2.1 Rearticulação da Rede do Autódromo

Em 2017 e nos anos que se seguiram, ocorreram importantes mudanças na gestão da F1 no nível internacional; no Brasil, o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e a sua substituição pelo vice-presidente Michel Temer abriram caminho para um cenário político marcado pelo conservadorismo e por um crescente autoritarismo; por sua vez, no cenário municipal, o pastor da Igreja Universal do Reino de Deus, Marcelo Crivella, assumiu a Prefeitura do Rio de Janeiro.

⁵ Hemeroteca Digital Brasileira. *Relatório da Guerra (RJ) 1928 a 1940*. Relatório do Ministério da Guerra, 1907, p. 4. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-ministerio-guerra/720950>.

Sobre a compra do terreno, ver: Câmara dos Deputados. Decreto Nº 7.205, de 3 de dezembro de 1908. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7205-3-dezembro-1908-517239-publicacaooriginal-1-pe.html>.

⁶ Prefeitura do Rio de Janeiro. 25/10/2010. Disponível em:

https://www2.rio.rj.gov.br/conlegis/legis_consulta/35738Lei%20Compl%20108_2010.pdf.

⁷ SPORTLIGHT. “Exército já recebeu o equivalente a mais de R\$ 120 milhões da União por autódromo onde Bolsonaro garante não usar dinheiro público.” Lucio de Castro. 17/10/2019. Disponível em: <https://agenciasportlight.com.br/index.php/2019/10/17/exercito-ja-recebeu-o-equivalente-a-mais-de-r-120-milhoes-da-uniao-por-autodromo-onde-bolsonaro-garante-nao-usar-dinheiro-publico/>.

Foi nesse contexto que um conglomerado de empresas da área das telecomunicações, a Liberty Media Corporation, com sede no estado norte-americano do Colorado, foi incorporado à rede. No ano de 2016, a Delta Topco Limited, *holding*⁸ do Grupo F1, proprietária dos direitos comerciais do Campeonato Mundial de F1 da FIA, passou do controle do fundo de capitais CVC Capital Partners para as mãos da Liberty. A operação foi oficializada em janeiro de 2017, em Genebra⁹. Com a Liberty, entrou em cena o empresário e produtor de cinema Chase Carey, que fora nomeado CEO da F1, chefe do conselho de diretores. Entre 2019 e 2020, ele se tornaria presença assídua nas reuniões do clã Bolsonaro (o presidente Jair Bolsonaro e seus três filhos: o senador Flavio Bolsonaro; o deputado federal por São Paulo, Eduardo Bolsonaro; e o vereador na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Carlos Bolsonaro). A articulação da F1 com atores locais revelou-se imprescindível para seus objetivos, assemelhando-se à estratégia das redes de corporações organizadas globalmente, adotada para a realização dos Jogos Olímpicos (Egler; Da Silva; Kraus, 2020).

Após o final das Olimpíadas, o projeto do Autódromo de Deodoro voltou à ordem do dia. No dia 9 de março de 2017, a Prefeitura do Rio de Janeiro fez uma convocatória no Diário Oficial para interessados na “implantação, operação e manutenção” do Autódromo de Deodoro¹⁰, através de um Procedimento de Manifestação de Interesse, (PMI). A recém-iniciada administração Crivella transformou o investimento governamental previsto anteriormente em uma Parceria Público-Privada (PPP). Esse evento reconfigurou a Rede do Autódromo, mediante uma ofensiva empresarial mais direta na gestão da cidade.

O único interessado que se apresentou no PMI foi o consórcio e fundo de investimentos Rio Motorsports. Era encabeçado por uma empresa com sede em Arlington, Virginia, nos EUA, também denominada Rio Motorsports, e que tinha como CEO o brasileiro José Antônio Pereira Junior (JR Pereira). Desde o PMI ao lançamento de Edital da Prefeitura para a concessão do espaço da floresta por 35 anos, passaram-se aproximadamente dois anos. Em 2019, foi lançado o Edital, depois de ter passado meses travado no Tribunal de Contas do Município (TCM), que recomendou à prefeitura a alteração de 138 pontos no texto do projeto¹¹. Rio Motorsports foi a única concorrente também no Edital da prefeitura, e foi declarada vencedora. JR Pereira também era sócio da Crown Assessoria e Consultoria Empresarial S.A., empresa que prestou consultoria

⁸ Uma *holding* é uma empresa que detém a posse majoritária de ações de outras empresas, centralizando o controle sobre elas. Não produz bens e serviços, destina-se apenas ao controle das empresas subsidiárias.

⁹ FIA. WORLD MOTOR SPORT COUNCIL APPROVES SALE OF DELTA TOPCO AND COMMERCIAL RIGHTS OF THE FIA FORMULA ONE WORLD CHAMPIONSHIP TO LIBERTY MEDIA CORPORATION. 18.01.17. Disponível em: <https://www.fia.com/news/world-motor-sport-council-approves-sale-delta-topco-and-commercial-rights-fia-formula-one-world>.

¹⁰ Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro. Poder Executivo. Ano XXX. Nº 238. 9/03/2017.

¹¹ O Popular. “GP do Brasil de F-1 admite contato com o Rio, mas prevê renovar com São Paulo.” Estadão Conteúdo. 26/04/2019. Disponível em: <https://opopular.com.br/esporte/gp-do-brasil-de-f-1-admite-contato-com-o-rio-mas-preve-renovar-com-s-o-paulo-1.1784967>.

na elaboração dos estudos que deram origem ao edital, ferindo assim os princípios previstos na Lei das Licitações.

Lúcio de Castro salienta que boa parte dos negócios representados por JR Pereira tem sede no exterior, e no Brasil mantém relações comerciais com os militares, particularmente com o Ministério de Defesa¹². Segundo o jornalista Vitor Martins, Pereira fez carreira na área de segurança e defesa nos EUA e, por conta disso, teria feito contato com oficiais brasileiros e chegado até o presidente Jair Bolsonaro¹³. Ele aparece ainda como ator-chave nas articulações mantidas por corporações norte-americanas da indústria bélica e o Ministério de Defesa brasileiro. À guisa de exemplo, Pereira é gerente da empresa Bravo Defesa, subsidiária da Bravo Industries, ambas com sede no estado norte-americano do Delaware, cuja legislação protege o anonimato dos sócios. Mas Bravo Defesa apresenta uma filial em Arlington, Virginia, com Pereira como gerente desde abril de 2016¹⁴. Em outubro desse ano, JR Pereira anunciou a compra, por parte da Bravo Defesa, da empresa brasileira Consub Soluções em Tecnologia. A Consub, por sua vez, é líder em vendas de equipamentos de combate militar naval e sistemas de comando e controle para a América do Sul¹⁵.

JR Pereira está também vinculado a atividades empresariais em Chipre, país que se tornou palco de grandes transações financeiras, principalmente após o processo de privatizações que se seguiu à dissolução da União Soviética. Lúcio de Castro encontrou o registro de uma empresa de JR Pereira, Depayens Investments & Aquisitions, fundada em Chipre em 2006. A Depayens aparece registrada com o mesmo endereço que outras empresas vinculadas à Troika Laundromat, a lavanderia Troika, responsável por operações de lavagem de dinheiro da máfia russa desde 2006, reveladas pelo consórcio de jornalismo investigativo Organized Crime and Corruption Reporting Project (OCCRP)¹⁶.

Outro integrante da Rio Motorsports, Luiz Fernando Mendes de Almeida Júnior, é mencionado no escândalo dos Panama Papers, documentos vazados em 2016 que revelaram dados sobre empresas em paraísos fiscais. Mendes teria tido uma *offshore* nas

¹² SPORTLIGHT. Agência de Periodismo Investigativo. “De Deodoro para o Chipre com escala no Planalto: empresa do vencedor da licitação do autódromo tinha conexões com sócios da lavanderia russa de dinheiro.” Lúcio de Castro. 25/07/2019. Disponível em: <https://agenciasportlight.com.br/index.php/2019/07/25/de-deodoro-para-o-chipre-com-escala-no-planalto-empresa-do-vencedor-da-licitacao-do-autodromo-tinha-conexoes-com-socios-da-lavanderia-russa-de-dinheiro/>.

¹³ Grande Prêmio. “Licitação irregular, empresa inválida e pista em ‘Monza’: os erros do autódromo do Rio.” Victor Martins. 03/07/2019. Disponível em: <https://www.grandepremio.com.br/f1/noticias/licitacao-irregular-empresa-invalida-e-pista-em-monza-os-erros-do-autodromo-do-rio/>.

¹⁴ SPORTLIGHT. Agência de Periodismo Investigativo. “De Deodoro para o Chipre com escala no Planalto: empresa do vencedor da licitação do autódromo tinha conexões com sócios da lavanderia russa de dinheiro.” Lúcio de Castro. 25/07/2019.

¹⁵ Tecnologia e Defesa. “Bravo Industries e a compra da Consub.” 24/10/2016. Disponível em: <http://tecnodefesa.com.br/bravo-industries-e-a-compra-da-consub-defesa-e-tecnologia-s-a/>.

¹⁶ SPORTLIGHT. “De Deodoro para o Chipre com escala no Planalto: empresa do vencedor da licitação do autódromo tinha conexões com sócios da lavanderia russa de dinheiro.” Lúcio de Castro. 25/07/2019.

Ilhas Virgens Britânicas, a Kennedia Management, aberta no começo de 2014 e encerrada antes do final de 2015¹⁷.

No dia 8 de maio de 2019 foi realizado no Aterro do Flamengo um ato em comemoração à vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, reunindo autoridades militares e os chefes dos Executivos federal, o presidente Jair Bolsonaro, estadual, o governador Wilson Witzel, e municipal, o prefeito Marcelo Crivella. Em seu discurso, Bolsonaro afirmou que a permanência da F1 em São Paulo tinha se tornado inviável, por conta de uma dívida enorme da prefeitura da capital paulista e que por isso a atração viria para o Rio. Segundo ele,

o autódromo será construído em seis, sete meses, após início das obras. De modo que, pela ocasião da Fórmula 1 do ano que vem, ela será realizada no Rio. Serão milhares de empregos, setor hoteleiro feliz com toda certeza, sete mil empregos diretos e indiretos para sempre. Ganha o Rio de Janeiro, ganha o Brasil. Sem nenhum dinheiro público¹⁸.

Uma fala inexata, pelo menos no que se refere ao “dinheiro público”, e é aqui que a participação dos militares resulta chave para entender o conflito. A primeira empreitada da Rede do Autódromo implicou vultosas transferências do Ministério do Esporte para o Exército, somando mais de R\$120 milhões. Essas transferências, concretizadas por meio de diferentes acordos cuja finalidade precípua era a instalação do autódromo, aparecem registradas no *Diário Oficial*, intermitentemente, entre 2014 e 2018, e foram analisadas pelo jornalista investigativo Lucio de Castro¹⁹.

Após a comemoração do Dia da Vitória, o prefeito Marcelo Crivella declarou que o apoio do presidente era decisivo para o sucesso da empreitada. Poucos dias depois, no dia 20 de maio de 2019, na concorrência pública para a construção do autódromo, somente se apresentou o fundo de investimentos Rio Motorsports Holding S.A.

¹⁷ *Grande Prêmio*. “Licitação irregular, empresa inválida e pista em ‘Monza’: os erros do autódromo do Rio.” Victor Martins. 03/07/2019.

¹⁸ *Suno*. “Bolsonaro anuncia construção de autódromo no Rio e Fórmula 1 será na cidade.” Beatriz Oliveira. 08/05/2019. Disponível em: <https://www.suno.com.br/noticias/bolsonaro-construir-autodromo-rio-formula-1/>.

¹⁹ *SPORTLIGHT*. “Exército já recebeu o equivalente a mais de R\$ 120 milhões da União por autódromo onde Bolsonaro garante não usar dinheiro público.” Lucio de Castro. 17/10/2019.

2.2 A Rio Motorsports e seu caráter global-local

Figura 3 - Mapa. Cidades, estados e paraísos fiscais das empresas detectadas na Rede do Autódromo.



De leste para oeste:

Englewood (Colorado-EUA) – Liberty Media Corporation.

Arlington (Virginia-EUA) – Rio Motorsports, Crown Consulting Inc., Bravo Defesa, Bravo Industries.

Nova York (Nova York-EUA) – CSM.

Ilhas Virgens Britânicas – Kennedia Management.

Rio de Janeiro e São Paulo (Brasil) – Golden Goal, Crown Assessoria, Terra Nova, B+ABR Backheuser e Riera.

Madri (Espanha) – Acciona.

Barcelona (Espanha) – B+ABR Backheuser e Riera.

Aachen (Alemanha) – Tilke Engineers & Architects.

Colônia (Alemanha) – Sporttotal.

Chipre – Depayens Investments & Aquisitions.

Abu Dhabi (Emirados Árabes Unidos) – CSM.

Fonte: Produzido pelos autores.

Avançando na nossa investigação, buscamos identificar de que maneira os agentes participavam da articulação focada na construção do autódromo no espaço da Floresta de Camboatá. Identificamos um conjunto de corporações internacionais, desempenhando diferentes funções – corporações de consultoria de esportes, de *marketing*, de transporte, empresas construtoras e escritórios de arquitetura e urbanismo (Figura 3).

A obra do autódromo tinha um valor estimado de R\$ 697 milhões, mas o capital social da empresa Rio Motorsports, segundo o registro na Junta Comercial do Rio de Janeiro, era de apenas R\$ 100 mil, o equivalente a 0,14% dos R\$ 69 milhões (10% do valor total) exigidos pelo edital da licitação²⁰. Quando indagadas sobre essa questão, tanto a

²⁰ G1. “Empresa que fará autódromo no Rio tem 0,14% do capital exigido; presidente é sócio de consultoria que ajudou a fazer licitação.” Felipe Grandin e Gabriel Barreira. 29/06/2019. Disponível em:

prefeitura quanto a Rio Motorsports afirmaram que o capital no valor de 10% só precisaria ser comprovado no momento da assinatura do contrato, o que ainda não tinha acontecido.

Rio Motorsports se apresentou originalmente como um consórcio formado pelas empresas Crown Consulting Inc. e CSM, conjuntamente com o escritório de arquitetura B+ABR Backheuser e Riera²¹. Tratava-se de uma conjunção de interesses de caráter global entre urbanismo, indústria de transporte, e indústria do turismo e entretenimento.

A Crown Consulting Inc. é uma empresa de consultoria especializada em infraestrutura tecnológica e transporte aéreo. Conta com décadas de experiência, tendo trabalhado em “estreita colaboração” com a National Aeronautics and Space Administration – a NASA²², com o U.S. Department of Transportation, e com a Federal Aviation Administration²³, entidade governamental estadunidense responsável por regular as atividades da aviação civil naquele país. Não nos surpreende que JR Pereira tenha uma empresa homônima registrada no Brasil – Crown Assessoria e Consultoria Empresarial S.A. –, a exemplo do que já havíamos identificado no caso da Rio Motorsports, que apresenta o mesmo nome nos dois países. A Crown Consulting Inc., assim como a Rio Motorsports, tem sede em Arlington, distrito separado de Washington DC pelo Rio Potomac.

Cabe citar ainda a CSM, empresa de gestão esportiva que se apresenta como uma “*global sport & entertainment agency*”²⁴. Ela também integra a *holding* Rio Motorsports e tem sedes em Londres, Nova York, Hong Kong e Abu Dhabi. Finalmente, temos o escritório B+ABR Backheuser e Riera, fundado em 2014, fruto da fusão entre o escritório do carioca João Pedro Backheuser e o dos catalães Ignasi Riera e Rosario Portillo²⁵. Backheuser, formado na Universidade Santa Úrsula no Rio de Janeiro, é mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Columbia University, especializou-se em Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pela Fundação COPPEAD. Foi diretor do *Studio X Project Laboratory – Rio*, da Escola de Pós-Graduação em Arquitetura,

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/06/29/empresa-que-fara-autodromo-no-rio-tem-014percent-do-capital-exigido-presidente-e-socio-de-consultoria-que-ajudou-a-fazer-licitacao.ghml>.

²¹ UOL. “Edital para construção de autódromo no Rio tem só um interessado.” Demétrio Vecchioli. 20/05/2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/f1/ultimas-noticias/2019/05/20/edital-para-construcao-de-autodromo-no-rio-tem-so-um-interessado.htm>.

²² Vale salientar aqui a participação dos EUA no Programa Espacial brasileiro, marcada em 2019 pela assinatura do “Acordo de Alcântara sobre Salvaguardas Tecnológicas”, mediante o qual a Força Aérea brasileira e a empresa Virgin Orbit acordaram trabalhar em conjunto para iniciar lançamentos orbitais no Centro Espacial de Alcântara. Virgin Orbit faz parte do Virgin Group, conglomerado de empresas multinacionais fundado por Richard Branson em 1970, cuja divisão de meios de comunicação britânicos, Virgin Media, foi adquirida pela Liberty Global, dona da Liberty Media, em 2013.

Ver: *The Guardian*. “Virgin Media bought for £15bn by Liberty Global.” Juliette Garside. 06/02/2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/media/2013/feb/06/virgin-media-takeover-john-malone-liberty-global>.

²³ CROWN. *Why Crown*. Em: <https://www.crownci.com/why-crown/>

²⁴ CSM. *Who we are*. Disponível em: <https://www.csm.com/about-us/>

²⁵ ABRA. *Nosotros*. Em: http://abraa.net/?page_id=19278&lang=es

Planejamento e Preservação (GSAPP), da Columbia University, dedicado à pesquisa com foco na América Latina e instalado no centro do Rio de Janeiro entre 2011 e 2017²⁶.

O escritório B+ABR Backheuser e Riera participou ativamente do desenvolvimento das infraestruturas para os Jogos Olímpicos de 2016. Foi o encarregado do projeto da Orla Prefeito Luiz Paulo Conde, conhecida como Boulevard Olímpico, construída entre 2015 e 2017. Com cerca de 3,5 quilômetros de extensão e quase 300 mil metros quadrados, o *boulevard* é a espinha dorsal do Projeto Porto Maravilha, Operação Urbana Consorciada (OUC) criada por Lei Municipal em 2009.

Além do escritório carioca-catalão, o arquiteto alemão Hermann Tilke também aparece vinculado à Rio Motorsports, como responsável pelo desenho da pista do autódromo. Sua empresa, a Tilke Engineers & Architects, fundada em 1983, apresenta-se como a principal do mundo em *design* de pistas de corrida e campos de provas para a indústria automobilística²⁷. Rio Motorsports, segundo declarações da própria *holding*, previa que o autódromo incluísse espaços voltados diretamente à indústria automobilística, para a realização de testes e o aperfeiçoamento de peças e outros componentes²⁸.

Em maio de 2019, a Rio Motorsports anunciou que a encarregada da construção do autódromo seria a espanhola Acciona, empresa com experiência na construção de autódromos, entre os quais o Motorland Aragon, na Espanha, cujo *design* foi da autoria de Hermann Tilke²⁹. A alemã Sporttotal e a brasileira Golden Goal também vieram a integrar o consórcio. A Sporttotal é especializada na transmissão *online* de competições esportivas, sendo responsável pela prova de 24 Horas de Nurburgring, na Alemanha. Por sua vez, a Golden Goal é especializada em gestão e *marketing* esportivo, “conectando o mercado corporativo à indústria do esporte e entretenimento”³⁰. A empresa participou no *marketing* dos Jogos Olímpicos de 2016, e opera camarotes de estádios, como o Maracanã, no Rio de Janeiro, e o Allianz Parque, em São Paulo³¹.

No dia 24 de junho de 2019, Chase Carey, o CEO da F1 designado pela Liberty, reuniu-se em Brasília com o presidente Jair Bolsonaro, com o governador Wilson Witzel, o senador Flavio Bolsonaro e JR Pereira. Nesse mesmo dia, o presidente, juntamente com o general Augusto Heleno, participou de um evento com integrantes da Academia

²⁶ ArchDaily. “Studio-X Rio se despede do Rio de Janeiro.” Gabriel Pedrotti. 6/09/2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/880361/studio-x-rio-se-despede-do-rio-de-janeiro>.

²⁷ Tilke Engineers & Architects. *About us*. Em: <https://tilke.de/en/#1515284876067-cd2fb439-1a2a>.

²⁸ UOL. Olhar Olímpico. “Após polêmica com nome Senna, autódromo se chamará Rio Motorpark.” Demétrio Vecchioli. 21/05/2019. Disponível em: <https://olharolimpico.blogsfera.uol.com.br/2019/05/21/apos-polemica-com-nome-senna-autodromo-se-chamara-rio-motorpark/>.

²⁹ Mundo Motero. “Así es el Circuito de Motorland Aragon.” 21/09/2017. Disponível em: <https://www.mundomotero.com/asi-es-el-circuito-de-motorland-aragon>.

³⁰ GOLDEN GOAL. Home. Em: <https://www.goldengoal.com.br/>.

³¹ Grande Prêmio. “Com único interessado, prefeitura confirma vencedor de licitação para construir autódromo no Rio.” Gabriel Carvalho. 21/05/2019. Disponível em: <https://www.grandepremio.com.br/f1/noticias/com-unico-interessado-prefeitura-confirma-vencedor-de-licitacao-para-construir-autodromo-no-rio/>.

Militar das Agulhas Negras, na qual ambos se formaram³². Após o encontro com Carey, Bolsonaro declarou à imprensa que tinha “noventa e nove por cento de chance, ou mais, de termos a Fórmula 1 a partir de 2021 no Rio de Janeiro”³³. No dia seguinte, Carey reuniu-se com o governador de São Paulo, João Doria, e com o prefeito da capital paulista, Bruno Covas. Ambos afirmaram que planejavam renovar o contrato com a F1 até 2040³⁴. O governo paulista não estava disposto a permitir que o campeonato deixasse o circuito de Interlagos, único anfitrião oficial do GP de F1 no Brasil.

Em julho, JR Pereira reuniu-se novamente com Jair Bolsonaro no Palácio do Planalto. Nessa reunião, de caráter oficial, também participaram Marcelo Reis Magalhães, secretário especial do Esporte do Ministério da Cidadania, e o general de Exército Luiz Eduardo Ramos, ministro-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República³⁵. Ramos, juntamente com colegas de farda, como os generais Braga Netto, Eduardo Pazuello e o próprio Augusto Heleno, integrou o primeiro escalão do governo federal naquele que foi o momento de maior militarização da administração pública no país, superando o período da Primeira República e da última ditadura militar³⁶.

No início de dezembro de 2019, em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, JR Pereira reuniu-se com executivos da Liberty, acompanhado pelo senador Flavio Bolsonaro e pelo deputado Eduardo Bolsonaro. Nessa ocasião, a Rio Motorsports ofereceu R\$ 252 milhões (US\$ 60 milhões) para levar o megaevento para o Rio de Janeiro, valor três vezes superior ao valor oferecido por São Paulo para continuar sediando o GP de F1 em Interlagos³⁷. Nesse mesmo mês, a Secretaria de Esporte do município carioca aprovou um projeto para a captação de R\$302 milhões em incentivos fiscais, visando receber o GP do Brasil de F1 em 2021 e 2022.

³² Flickr. Palácio do Planalto.

Álbum 24/06/2019. “Audiência com Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras.” Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/palaciadoplanalto/albums/72157709233681307>.

Álbum 24/06/2019. “Presidente da República, Jair Bolsonaro em reunião com Wilson Witzel, Governador do Estado do Rio de Janeiro; Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ); Chase Carey, Diretor Executivo da Fórmula 1; e José Antonio Pereira Junior, Presidente da Rio Motorsports.” Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/palaciadoplanalto/albums/72157709233681307>.

³³ *Piauí*. “A chicana. Uma floresta contra o autódromo de Crivella e Bolsonaro.” Edição 158. Novembro 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-chicana/>.

³⁴ *Grande Prêmio*. “Justiça Federal suspende processo de licitação do autódromo de Deodoro.” Vitor Fazio. 19/07/2019. Disponível em: <https://www.grandepremio.com.br/f1/noticias/justica-federal-suspende-processo-de-licitacao-do-autodromo-de-deodoro/>.

³⁵ *Motorsport*. “Líder de projeto para levar F1 ao Rio tem encontro com Bolsonaro.” 1/07/2019. Disponível em: <https://motorsport.uol.com.br/f1/news/lider-de-projeto-para-levar-f1-ao-rio-tem-encontro-com-bolsonaro/4820146/>.

³⁶ *Brasil de Fato*. “Presença militar no governo Bolsonaro é corporativista e sem projeto, diz pesquisador.” Lu Sudré. 23/05/2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/23/presenca-militar-no-governo-bolsonaro-e-corporativista-e-sem-projeto-diz-pesquisador>.

³⁷ *Motorsport*. “Com presença de Bolsonaro, Rio triplica oferta de São Paulo por F1 e mostra projeto a Hamilton.” Disponível em: <https://motorsport.uol.com.br/f1/news/com-presenca-de-bolsonaros-rio-triplica-oferta-de-sao-paulo-por-f1-e-mostra-projeto-a-hamilton/4607727/>.

Em setembro de 2020, Chase Carey enviou uma carta ao governador fluminense, Claudio Castro, comunicando que todos os acordos da F1 com a Rio Motorsports estavam acertados e que para sua execução só estariam faltando as licenças ambientais. Segundo suas próprias palavras, restava apenas aprovar as licenças do INEA-CECA, a Comissão Estadual de Controle Ambiental³⁸.

Em outubro de 2020, numa entrevista, quando perguntado como pretendia financiar a construção do autódromo, JR Pereira respondeu que o valor do investimento já estava assegurado por fundos financeiros internacionais e grandes patrocinadores interessados na mudança da F1 de São Paulo para o Rio de Janeiro³⁹. Os fundos de investimento têm sido usados cada vez mais, segundo Pessanha, não apenas como instrumento de crédito e financiamento de projetos para investimentos, mas como ferramenta que traz aos detentores do capital outras vantagens quando comparadas a outros movimentos executados pelo sistema bancário. Entre elas, menor regulação com respeito à operação e à movimentação de capitais por parte dos órgãos governamentais dos Estados-nações (Pessanha, 2019, p. 77). Na Rede do Autódromo, percebemos com nitidez como os impulsos globais se apresentaram transversalmente, atingindo todas as esferas da administração governamental, das municipais às federais.

3. Rede da Floresta: o território como abrigo

Organizado no aplicativo WhatsApp, o grupo da SOS Floresta do Camboatá é constituído por pessoas de diferentes procedências, formando um coletivo com o objetivo compartilhado de defender a floresta. Ambientalistas, profissionais do Direito, engenheiros e urbanistas articularam uma resistência no espaço virtual junto a moradores de Deodoro e adjacências. Reunindo desde cidadãos vizinhos da floresta até técnicos atuantes nos órgãos de gestão meio-ambiental do poder público, o grupo se constitui como organização social para a ação política.

A resistência ao projeto do autódromo se expandiu e se fortaleceu, depois que o coletivo SOS Floresta do Camboatá criou uma página no Facebook para divulgar suas ações, e se expandiria ainda mais, quando o abaixo-assinado na plataforma Avaaz acumulou mais de 200 mil assinaturas⁴⁰. Tudo parece indicar que as instituições governamentais que procuram implementar uma política ambiental para além dos

³⁸ *Motorsport*. "La vieja carta del CEO de la F1 que confirma el acuerdo con Río de Janeiro". Carlos Costa. 6/10/2020. Disponível em: <https://es.motorsport.com/f1/news/carta-formula1-acuerdo-rio-janeiro/4886653/>.

³⁹ *O Dia*. "Se o Exército autorizasse, mudaria o autódromo de lugar". Bruna Fantti. 12/10/2020. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2020/10/6005627--se-o-exercito-autorizasse--mudaria-o-autodromo-de-lugar.html>.

⁴⁰ *Avaaz.org*. "Pela preservação da Floresta do Camboatá! Que o autódromo seja em outro lugar". Postado em 6 junho 2019 (Atualizado: 19 agosto 2020). Disponível em: https://secure.avaaz.org/community_petitions/po/Governo_Pela_preservacao_da_Floresta_do_Camboat%C3%A1_Que_o_autodromo_seja_em_outro_lugar/.

interesses econômicos apoiaram suas ações na participação e vigilância da sociedade civil, que nesse caso apresentou uma particular ocupação no espaço virtual.

3.1 Origens da resistência

Para reconstruir a Rede da Floresta (Figura 4), devemos remontar às ações de resistência na primeira etapa do conflito, que se estendeu até o início de 2013, quando o processo de licenciamento do autódromo foi suspenso pela primeira vez. Em 10 de outubro de 2011, quatro dias depois de o INEA ter emitido a licença prévia autorizando a construção do autódromo, Felipe Cândido, morador de Guadalupe, bairro no limite com a floresta, criou a página de Facebook SOS Floresta do Camboatá.

Em novembro daquele mesmo ano, o projeto do autódromo começou a ser debatido no Conselho Municipal de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro (CONSEMAC), integrado por membros do Poder Executivo e da sociedade civil. O presidente do conselho era Carlos Alberto Muniz, vice-prefeito e secretário municipal de Meio Ambiente. O conselho elaborou um relatório, entregue ao prefeito Eduardo Paes em abril de 2012, sugerindo que a floresta fosse transformada em parque natural e que a prefeitura elaborasse um projeto de lei para construir o autódromo em outro lugar. Essa indicação, apesar de aprovada por unanimidade, foi completamente ignorada e invisibilizada dentro da prefeitura, que evitou sua publicação⁴¹.

Ainda em 2012, o Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro (IJB-RJ), que vinha monitorando a área há mais de duas décadas, emitiu um laudo no qual salientava que a Floresta do Camboatá era um ecossistema que abrigava espécies raras da flora brasileira e servia como ponto de descanso e alimentação para morcegos e aves que circulavam entre as florestas dos três grandes maciços do município: Tijuca, Pedra Branca e Gericinó.

No final daquele ano, o Ministério Público estadual propôs uma ação civil pública contra o INEA, acusando-o de ilegalidades na concessão da licença prévia, e para entender esse fato, Carlos Alberto Muniz resulta chave. Segundo o engenheiro Abílio Tozini, que também integrava o CONSEMAC, foi Muniz que o aconselhou a procurar o Ministério Público⁴². Em janeiro de 2013, a juíza Simone Lopes da Costa, da 10ª Vara de Fazenda Pública, concedeu uma liminar que obrigava o INEA a suspender o processo de licenciamento do autódromo, sob pena de multa diária de R\$100 mil⁴³. Naquela altura, ações de resistência tomadas nas redes sociais virtuais e das instituições públicas pareciam ter barrado o projeto do autódromo.

⁴¹ Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Sessão Ordinária, 12/06/2012. *Discurso – Vereadora Sonia Rabello*. Disponível em:

<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/discvot.nsf/5d50d39bd976391b83256536006a2502/93ced96ea0faf7ce03257a1b00625833?OpenDocument>.

⁴² *Piauí*. “A chicana. Uma floresta contra o autódromo de Crivella e Bolsonaro”. Edição 158. Novembro 2019.

⁴³ *Ibidem*.

3.2 A reorganização da resistência

Quando, em 2017, iniciou-se uma nova ofensiva da Rede do Autódromo, Felipe Cândido, da SOS Floresta do Camboatá, abriu uma rádio comunitária na sua própria casa, a Panorama FM, cujo sinal atingia os bairros de Guadalupe e Deodoro. A emissora transmitia um boletim de hora em hora, com informações sobre a Floresta do Camboatá, e tocava músicas que vinham de um computador ligado à Internet. Nas transmissões, Cândido incluía declarações de diferentes figuras da área cultural que se manifestavam a favor da manutenção da floresta⁴⁴.

SOS Floresta do Camboatá continuava ativo, seja no interior das estruturas do Estado, seja no espaço virtual. Em 17 de março de 2019, Abílio Tozini, do CONSEMAC, apareceu no primeiro vídeo postado no perfil da SOS Floresta do Camboatá na plataforma YouTube. Sua presença naquele espaço público era reforçada pela de outras pessoas que também atuavam nas lutas urbano-ambientais da cidade, apresentando diferentes reivindicações, entre as quais a da criação do parque “Realengo Verde”⁴⁵. No perfil de YouTube do movimento podemos encontrar mais de 60 vídeos, com informações sobre a floresta e com declarações de diferentes pessoas que defendem sua preservação.

Exatamente dois meses depois, o Ministério Público Federal fez o pedido via liminar para que o processo, iniciado pela prefeitura com o PMI de 2017 e concluído como Edital de 2019, fosse paralisado. No dia 21 de maio de 2019, quando a Rio Motorsports foi declarada vencedora pela prefeitura, o Ministério Público Federal pediu o cancelamento da licitação⁴⁶. Em 19 de julho seguinte, a Justiça Federal do Rio de Janeiro publicou um informe suspendendo o processo de licitação, justamente pela falta de aprovação de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA); o juiz Adriano de Oliveira França da 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro também utilizou como justificativa o relatório do IJB-RJ e as recomendações do CONSEMAC⁴⁷.

Em janeiro de 2021, o engenheiro florestal Celso Junius, membro do projeto de reflorestamento de morros e encostas “Mosaico Carioca” e integrante de SOS Floresta do Camboatá, assumiu a direção de arborização da Fundação Parques e Jardins na nova administração de Eduardo Paes. Em 14 de janeiro de 2021, o novo secretário municipal de Meio Ambiente, Eduardo Cavaliere, recebeu em seu gabinete quatro integrantes do movimento⁴⁸.

⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁵ *YouTube*. SOS Floresta do Camboatá. “Abílio Tozini na defesa do Pasmado, da Floresta, do Cabaceiro, de Realengo...” Em: <https://www.youtube.com/watch?v=nII5gw5T7FA>

⁴⁶ *Piauí*. “A chicana. Uma floresta contra o autódromo de Crivella e Bolsonaro”. Edição 158. Novembro 2019.

⁴⁷ *Grande Prêmio*. “Justiça Federal suspende processo de licitação do autódromo de Deodoro”. Vitor Fazio. 19/07/2019. Disponível em: <https://www.grandepremio.com.br/f1/noticias/justica-federal-suspende-processo-de-licitacao-do-autodromo-de-deodoro/>.

⁴⁸ *Piauí-OutrasMídias*. “Camboatá, a floresta que não vai virar autódromo”. Roberto Kaz. 22/01/2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/camboata-a-floresta-que-nao-vai-virar-autodromo/>.

Em fevereiro, um mês depois da posse de Paes à frente da administração municipal, a prefeitura anunciou formalmente que desistia da construção do autódromo em Camboatá. Cavaliere destacou que a Floresta do Camboatá era um patrimônio ambiental da cidade, reconhecendo seu papel fundamental como área prioritária para o projeto de criação dos Corredores Verdes⁴⁹. Essa informação já fora explicitada na indicação do CONSEMAC de 2012, mas somente agora era oficialmente reconhecida pela prefeitura.

Vale lembrar que foi o mesmo Paes quem havia declarado, em 2009, que Camboatá seria o lugar onde o novo autódromo seria construído, naquele momento para cumprir promessas feitas em meio às dinâmicas de transformação urbana dos megaeventos. Em 2020, porém, na campanha eleitoral para a prefeitura da cidade, o quadro era muito diferente. Uma vez que o conflito sobre a Floresta do Camboatá estava plenamente instalado na opinião pública, Paes assinara uma carta-compromisso elaborada pelo SOS Floresta do Camboatá, comprometendo-se a manter a floresta em pé, caso ganhasse as eleições, o que veio a acontecer.

Assim, em 9 de dezembro de 2021, foi sancionada a Lei municipal 7.183/2021, criando o Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) da Floresta do Camboatá, abrangendo 171,58 hectares⁵⁰. Vale lembrar que, na sessão da Câmara Municipal de 3 de novembro de 2021, o único vereador a votar contra foi Carlos Bolsonaro. Os Refúgios de Vida Silvestre constituem uma das Unidades de Conservação (UC) do grupo de proteção integral prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), legislação de âmbito nacional. Seu principal objetivo é assegurar as condições para a existência e a reprodução de espécies ou comunidades da flora e fauna locais. Os REVIS podem ser formados por áreas particulares, desde que sejam seguidas as exigências legais e os proprietários alinhem a utilização do espaço e de seus recursos naturais aos objetivos da UC⁵¹. Estaria finalmente garantida a sobrevivência da floresta, que então se tornava uma unidade de conservação de proteção integral? Infelizmente não.

3.3 SOS Floresta do Camboatá: um grito no Estado ampliado

A proteção da floresta está inserida numa rede que vai além das instituições governamentais, mas não resta dúvida que elas se mostraram imprescindíveis, depois que foram mobilizadas a partir da sociedade civil. Podemos afirmar, pois, que a Rede da

⁴⁹ *Metrópoles*. “Prefeitura do Rio desiste de construir autódromo em área de Mata Atlântica”. Disponível em: <https://www.metrópoles.com/esportes/automobilismo/prefeitura-do-rio-desiste-de-construir-autodromo-em-area-de-mata-atlantica>.

⁵⁰ Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Lei Nº 7.183. 09/12/2021. *Cria o Refúgio de Vida Silvestre da Floresta do Camboatá, no bairro de Deodoro*. Disponível em: <http://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/2ed241833abd7a5b8325787100687ecc/a2de215184a27082032587a600519a1c?OpenDocument>.

⁵¹ ((o))eco. *Dicionário Ambiental*. O que é um Refúgio de Vida Silvestre.

Disponível em: <https://oeco.org.br/dicionario-ambiental/29174-o-que-e-um-refugio-de-vida-silvestre/>.

Floresta e o próprio SOS Floresta do Camboatá perpassam o Estado e a sociedade civil, no âmago do que Gramsci definiu como *Estado ampliado*.

Consideramos o espaço virtual como *espaço inventado* no sentido de Miraftab, que segue a tradição radical de reconhecer as práticas cidadãs como políticas de planejamento urbano. A autora define os espaços inventados como aqueles espaços de ação em que a forma de ação é a insurreição e a insurgência, ou seja, de enfrentamento do Estado e das corporações (Miraftab, 2016). Para Ana Clara Torres Ribeiro, a eclosão dos movimentos sociais a partir dos anos 1960 já tinha demonstrado que a política não fica presa dentro dos lugares supostamente destinados a ela: a política está no centro do próprio tecido social. A eclosão de novos formatos assumidos pela ação a partir dos anos 1960 obriga, de acordo com Ana Clara, a uma revisão das leituras da totalidade social, e a um entendimento da natureza política de todos os atos humanos (Ribeiro, 2014).

O espaço vital faz parte de nosso cotidiano, constituindo-se como “lugar” no sentido proposto por Milton Santos, i. e., como espaço do acontecer solidário, como espaço do fazer político. O espaço virtual pode se configurar como lugar onde a ação coletiva não é definida desde a institucionalidade, nem estatal nem corporativa? Ao conceituar o “lugar” não entendido como sinônimo de localidade ou nome de povoado ou cidade, mas como espaço do acontecer solidário, Santos o reconhece como espaço privilegiado da política.

Na Rede da Floresta encontramos atores dentro e fora da estrutura administrativa do Estado compartilhando um objetivo comum. Como novo movimento representante de um interesse coletivo que visa a manter a floresta viva, ocupar igualmente o espaço virtual é parte essencial da estratégia de SOS Floresta do Camboatá. O coletivo já realizava desde 2011 uma ação intensa e contínua de comunicação e difusão na Internet, ressaltando as características ambientais únicas da Floresta do Camboatá e denunciando o risco de desmatamento por causa do projeto do autódromo.

Por meio de sua página no Facebook, mas também mirando diferentes circuitos, o SOS Floresta do Camboatá atingiu espaços especializados em meio ambiente, como o portal ((o))eco⁵², um dos maiores veículos de jornalismo ambiental do Brasil e conseguiu a adesão de diferentes setores da sociedade civil, alguns previamente organizados, como movimentos ambientalistas locais (Movimento Baía Viva, originado no Coletivo das Águas – S.O.S Baía de Guanabara, da década de 1980), e outros de caráter global, como Fridays for Future, Greenpeace, World Wide Fund for Nature (WWF). Nas redes sociais virtuais, a organização foi capaz de atrair para a luta figuras influentes do campo da cultura nacional, desde Caetano Veloso até Xuxa Meneghel, fazendo-os se manifestar

⁵² ((o))eco. *Jornalismo Ambiental*. Disponível em: <https://oeco.org.br/quem-somos/>.

“((o))eco é um veículo de jornalismo sem fins lucrativos fundado em 2004 que se dedica a documentar os desafios, retrocessos e avanços dos temas relacionados à conservação da natureza, biodiversidade e política ambiental no Brasil.”

publicamente a favor da floresta. A luta se fortaleceu quando até o piloto campeão de F1, o britânico Lewis Hamilton, expressou-se contra seu desmatamento, em 2020⁵³.

O avanço da ciência informática na atualidade permite a construção de um espaço cada vez mais virtual, em que são constituídas formas alternativas que ampliam a capacidade da ação, na dominação e na resistência. Como, vale indagar, podemos enquadrar a ação do coletivo SOS Floresta do Camboatá como Movimento Social Urbano (MSU)? E como movimento social em rede?

A sobrevivência da floresta não sobrevém exatamente de uma demanda de consumo coletivo ao Estado, que possa ser apropriada em nível individual, diferindo assim dos MSUs definidos por Castells (1974). Porém, podemos afirmar que a luta pela continuidade da floresta representa uma resistência à produção do espaço exclusivamente “por e para o Capital” (Castells, 1974), nos termos em que o capital, por meio – no caso em tela – da construção do autódromo, está disposto a atuar no território. A Rede da Floresta, atuando em defesa do direito à cidade, entra em conflito com a Rede do Autódromo, que considera o território como recurso dentro de uma cadeia global de produção cultural de megaeventos esportivos. A Rede do Autódromo está interessada no que Villaça (1985) define como a “localização urbana” da Floresta do Camboatá, que se caracteriza por ampla inversão de capital estatal e fruto de um trabalho socialmente produzido.

Ao analisar o conflito, reconhecemos o papel complexo e por vezes contraditório do Estado. Não podemos cair na simplificação que seria qualificar o Estado por inteiro como parte da Rede do Autódromo, mesmo quando nessa rede encontramos a participação direta do seu braço armado, o Exército, e de políticos dos mais altos escalões do Poder Executivo. Quando Mirafteb se refere aos *espaços convidados*, em que se desenvolveriam as formas de dominação sancionadas pelos grupos dominantes, salienta que também devem ser ocupados pela resistência social. Podem estar inseridos no aparelho do Estado, mesmo que em espaços de decisão de menor hierarquia, mas não por isso deve-se renunciar a ocupá-los. Na Rede da Floresta resultaram fundamentais.

O campo da Antropologia considera o Estado não como objeto conceitual apriorístico e homogêneo, propondo, para sua compreensão, a necessidade de articular sua dimensão estrutural e a subjetividade dos indivíduos. Assim, o Estado é compreendido como *artefato cultural*, considerando que a sua institucionalidade é reproduzida por meio de práticas sociais. Configurado por um conjunto diverso de instituições, práticas e pessoas, o Estado se caracterizaria por ser contraditório, operar em diversos níveis e se reconfigurar a partir das práticas cotidianas (Sharma; Gupta, 2006).

Quase meio século depois da primeira edição de *A questão urbana*, Castells se dedica a interrogar quanto aos aspetos “positivos” da Internet, quando publica a

⁵³ CNN Brasil. “Hamilton é contra derrubada de floresta para construir novo circuito no Rio”. Alan Baldwin, Reuters. 08/10/2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/esporte/hamilton-e-contra-derrubada-de-floresta-para-construir-novo-circuito-no-rio/>.

coletânea sobre a sociedade em rede. Segundo o autor, a Internet foi chave para diversos “movimentos sociais em rede” que teriam desafiado as instituições e abalado a crença no capitalismo financeiro global, triunfante na mente da maioria das pessoas. Seu legado seria “uma nova forma de democracia (...) antiga aspiração da humanidade, jamais concretizada” (Castells, 2013). Parece bastante ambicioso... Caberia missão de tamanha envergadura a SOS Floresta do Camboatá?

4. Militares no espaço urbano: dominação para além da Rede do Autódromo

Quando o Autódromo de Deodoro foi descartado pela prefeitura em 2021, Camboatá voltou a ser reclamada pelo Exército. Os militares já haviam renunciado à área em prol do autódromo, tendo, inclusive, recebido recursos públicos para limpá-la de explosivos e realocar suas instalações. Todavia, não admitiram a conversão da floresta numa reserva natural.

Em 2022, o governo federal, ainda liderado por Jair Bolsonaro, iniciou uma ação legal, argumentando que a área estava sob a responsabilidade do Exército e que a instituição de uma Unidade de Conservação configuraria a desapropriação indireta do imóvel, prejudicando os interesses das Forças Armadas. A Prefeitura do Rio de Janeiro contestou, explicando que a criação do REVIS não impediria o uso do espaço para atividades militares, razão pela qual não se poderia falar em desapropriação indireta. Em outras palavras, a prefeitura admitia que os militares continuassem fazendo uso da área, mas nem assim o Exército concordou com a criação do refúgio de vida silvestre.

Em 16 de agosto de 2022, a sentença da juíza federal Italia Maria Zimardi Areas Poppe Bertozzi, da 24ª Vara Federal do Rio, negava ao Município do Rio de Janeiro o poder de criar o REVIS. Para a juíza, a Floresta do Camboatá ainda se encontrava “sob responsabilidade administrativa do Comando da 1ª Divisão de Exército”⁵⁴. Segundo a sentença, a Lei municipal que criou o REVIS Floresta do Camboatá diminuiria os poderes do domínio pela União.

O envolvimento das Forças Armadas é de importância crucial para compreender a configuração espacial de Deodoro e adjacências. Temos que ter presente que o Parque Olímpico de Deodoro foi o segundo maior centro de competições dos Jogos Olímpicos em 2016, depois do Parque Olímpico da Barra. Abrigou 11 esportes olímpicos e quatro

⁵⁴ Consultor Jurídico. “Justiça suspende criação de Refúgio da Floresta do Camboatá, no Rio.” Sergio Rodas. 17/08/2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-ago-17/justica-suspende-criacao-refugio-floresta-camboata-rio>

Para ver a sentença:

PROCEDIMENTO COMUM Nº 5027310-52.2022.4.02.5101/RJ. Autor: União – Advocacia Geral da União.

Réu: Município do Rio de Janeiro. Despacho/Decisão.

Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/justica-suspende-criacao-refugio.pdf>.

paraolímpicos. Não foi construído do zero, já dispondo das instalações construídas para os Jogos Pan-Americanos de 2007 e para os Jogos Mundiais Militares de 2011⁵⁵.

A continuidade da ação entre a Rede Olímpica (Egler; Da Silva; Kraus, 2020) e a Rede do Autódromo é evidente. Em Deodoro, percebemos como agentes hegemônicos da produção do espaço urbano passaram de uma rede a outra. Ambas as redes parecem responder à mesma onda de investimentos referida ao processo capitalista de acumulação na produção do espaço urbano que considera a variável temporal (Harvey, 1992). Ficam igualmente evidentes as articulações da Rede do Autódromo com os fundos de financiamento (Ribeiro, 2014; Pessanha, 2019).

Frank Davies (2020) destaca que essa área da cidade é marcada pela intensa presença do Exército brasileiro, condensando o maior aquartelamento da América Latina. O autor acompanhou dinâmicas envolvendo a prefeitura, o Exército, empresas construtoras e moradores organizados, na preparação de Deodoro e bairros vizinhos como “região olímpica”, que comprovam a participação de agentes militares em posições de liderança na administração estatal.

Davies estudou uma iniciativa organizada desde 2012 pelos moradores de Realengo, para a criação de um “parque verde” num lote administrado pelo Exército, que tinha abrigado uma fábrica de cartuchos por 80 anos e estava sem uso há mais de quatro décadas. Os moradores tinham denominado o parque de Realengo Verde, parte da identidade coletiva e símbolo de sua luta. Essa iniciativa, contudo, foi inicialmente inviabilizada pelo comando da 1ª. Região Militar⁵⁶ (1ª. RM), que usurpou seu nome.

Em 2015, os militares responsáveis pela área pretendida para o parque em Realengo apresentaram um projeto de repasse do lote para o investimento privado, mais precisamente à construção de um condomínio residencial, que denominaram “Realengo Verde”. Esse empreendimento imobiliário seria construído e vendido por uma fundação e por bancos ligados às Forças Armadas. Para Davies, esse caso revela como o Exército tem sido agente da produção do espaço urbano: autoridades militares vendem terrenos públicos e participam diretamente do investimento realizado, conformando-se como atores do capital urbano e desempenhando o papel de incorporadores fundiários nas cidades brasileiras (Davies, 2020).

No caso concreto em exame, o Exército detém o poder sobre a produção do espaço nessa área da cidade (Camboatá e Realengo Verde), e qualquer outro agente que pretenda intervir no processo deve necessariamente tê-lo como interlocutor. Não

⁵⁵ Esporte Alternativo. “Paes inaugura obras em Deodoro e batiza: ‘Olimpíadas das Olimpíadas’”. 3/07/2014. Disponível em: <https://esportealternativo.com.br/direto-da-rio-2016/paes-inaugura-obras-em-deodoro-e-batiza-olimpiadas-das-olimpiadas.html>.

⁵⁶A 1ª RM, que detém a responsabilidade administrativa da Floresta do Camboatá legitimada pela recente sentença da juíza Itália Maria em 2022, é uma das 12 regiões militares do Exército brasileiro e possui jurisdição sobre os estados de Rio de Janeiro e Espírito Santo. A origem da 1ª RM remonta à criação do 4º Distrito Militar, em 2 de julho de 1891, por decreto do então presidente Deodoro da Fonseca, que dividiu o território brasileiro em sete Distritos Militares. Em 1919, logo após a 1ª Guerra Mundial, o 4º Distrito Militar passou a ser denominado 1ª Região Militar. Ver: Exército Brasileiro. *Histórico. 1ª Região Militar. Região Marechal Hermes da Fonseca*. Disponível em: <http://www.1rm.eb.mil.br/historico>.

resultaria estranho que esses incorporadores fundiários militares pretendessem usar o território da Floresta do Camboatá nos seus negócios imobiliários. Numa entrevista a JR Pereira, o CEO da Rio Motorsports declarou que, quando começou o projeto, a contrapartida era 41% da área, o que abria possibilidades para novos empreendimentos imobiliários, o que gerou expectativas no mercado, e várias empresas teriam feito-lhe propostas. Indagado sobre a possibilidade de o projeto do autódromo ser transferido para outro local de propriedade do Exército, já desmatado, como foi sugerido em várias instâncias desde a Rede da Floresta, JR Pereira declarou que o Comando-Maior do Exército não a aceitou⁵⁷.

Em resumo, a Floresta do Camboatá ainda não tem sua sobrevivência garantida. O Exército, que pela sua ocupação histórica da área possibilitou o processo de recuperação vegetal, hoje tem setores que parecem priorizar o lucro econômico e não a sobrevivência da floresta. Por conseguinte, a Rede da Floresta deverá permanecer atuante, enraizando-se cada vez mais na sociedade civil e nas instituições governamentais. Depois de vencer a luta contra o autódromo, o movimento está focado em conseguir que o REVIS seja implementado. Interessa manter viva a proteção da floresta nos partidos políticos: além das ações de vereadores e outros políticos já identificados na Rede da Floresta⁵⁸. É significativo mencionar a candidatura de Felipe Cândido, uma das principais lideranças de SOS Floresta do Camboatá, a vereador nas eleições municipais cariocas de 2020, pelo Partido Socialismo e Liberdade (Psol). Trata-se de reafirmar que a sobrevivência da floresta está atrelada à substituição do autoritarismo e do “globalitarismo” pela democratização da gestão do território.

A pesquisa realizada permite afirmar que o avanço da ciência informática e sua fluidez permite a formação de um espaço que associa vitalidades e virtualidades. Nele, se formaram duas redes tecnopolíticas em conflito. A Rede do Autódromo, que responde pelos interesses dos seus membros, agentes nacionais e internacionais que focam no solo da floresta como recurso, e a Rede da Floresta, formada por cidadãos locais e colaboradores, sendo sua ação política em defesa da floresta como abrigo. A importância da pesquisa realizada está em identificar redes tecnopolíticas associadas aos processos

⁵⁷ O Dia. “Se o Exército autorizasse, mudaria o autódromo de lugar”. Bruna Fantti. 12/10/2020. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2020/10/6005627--se-o-exercito-autorizasse--mudaria-o-autodromo-de-lugar.html>.

⁵⁸ Ver Figura 4. Entre os políticos detectados na Rede da Floresta, comprometidos com a defesa da Floresta do Camboatá, destacam-se:

- Sonia Rabello (P. Verde), vereadora e integrante do CONSEMAC, integra o núcleo duro de SOS Floresta do Camboatá.
- Carlos C. Muniz (MBD), secretário do Meio Ambiente (2009-2016) e integrante do CONSEMAC.
- André Lazaroni (MBD) e César Lupporelli (PSD), que em 2018 apresentaram um Projeto de Lei (PL) na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) para incluir Camboatá no Parque Estadual do Mendanha.
- Carlos Minc (PSB) e Renato Cinco (Psol), que em 2019 apresentaram o primeiro PL para criar o REVIS em Camboatá.
- Fernando William (PDT), que em 2020 apresentou PL para proibir construções em Camboatá.
- Reimont (PT), vereador que em 2021 foi presidente do “Frente Parlamentar em Defesa da Justiça Socioambiental” na Câmara de Vereadores e foi um dos autores do PL nº 7.183, para criar o REVIS.

de transformação do espaço urbano. E analisar como elas dependem de agentes que se organizam, tanto de forma autoritária em defesa de interesses privados para acumulação de capital como também de forma democrática, em defesa do direito à cidade.

Referências

- CASTELLS, Manuel.
(1983 [1974]). *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- (2013 [2012]). *Redes de indignação e esperança*. Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar.
- DAVIES, Frank Andrew.
(2022). Urbanismo militar na "região olímpica": dinâmicas de produção do espaço para além dos megaeventos. *Interseções*, set. 2020; vol.22, n.2, pp. 249-263. doi: 0.12957/irei.2020.54486
- EGLER, Tamara Tania Cohen; DA SILVA, Heitor Ney Mathias; KRAUS, Lalita.
(2020). A Rede Olímpica nos Jogos do Rio de Janeiro / The Olympic network in the games of Rio de Janeiro. *Brazilian Journal of Development*, vol. 6, n.8, 58553-58579. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n8-314>
- EGLER, Tamara Tania Cohen. (org.).
(2007). *Ciberpólis: redes no governo da cidade*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- EGLER, Tamara Tania Cohen.
(2010). Redes tecnossociais e democratização das políticas públicas. *Sociologias* (UFRGS, impresso), p. 208-236.
- EGLER, Tamara Tania Cohen; PEREIRA, Thiago Costa.
(2020). Rede na manipulação da democracia no Brasil. *Espaço e Economia*, v. IX, p. 1.
- EMPOLI, Giuliano Da.
(2019). *Os engenheiros do caos*. São Paulo: Vestígio.
- GATE-MPRJ.
(2020). *Parecer do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro sobre o EIA-RIMA do Autódromo*. Informação Técnica n. 251.
- GRAMSCI, Antonio.
(1988). *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HARVEY, David.
(1992). *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- (1980). *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec.
- (jul. dez.2012[2008]). O direito à cidade. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, p. 73-89.
- LEFEBVRE, Henri.
(2011 [1968]). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.
- LATOUR, Bruno.
(1994). *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- (2012). *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-rede*. Salvador: Edufba.
- MIRAFETAB, Faranak.
(set./dez., 2016). Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, vol. 18, n. 3, p. 363-377.
- PESSANHA, Roberto Moraes.
(2019). *A "indústria" dos fundos financeiros: potência, estratégias e mobilidade no capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência.
- PRECIADO, P. B.
(2014 [2004]). *Manifesto contrassexual*. São Paulo: n-1 edições.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres.
(2006). A cidade neoliberal: crise societária e caminhos da ação. *Revista OSAL, Observatório Social de América Latina*, ano VII, n. 21, p. 21-32.
- (2013) *Por uma Sociologia do presente*. Ação, técnica e espaço. vol. 5. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- (2014). *Teorias da Ação*. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- SADER, Eder.
(1988). *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra.
- SALMENTÓN, Juan Manuel.
(2023). *Floresta do Camboatá: uma floresta ciborgue*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) defendida no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ.

SANTOS, Milton.
(2006 [1996]). *A natureza do espaço*. Técnica e tempo.
Razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade
de São Paulo.

SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil.
(2006). Introduction: rethinking theories of the state
in an age of globalization. In: Sharma; Gupta
(orgs.). *The Anthropology of the State: A Reader*.
Hoboken, EUA: Blackwell Publishing.

SILVA, Patrícia.
(jul/dez. 2018). A virada sociomaterialista e a agência
dos não-humanos. *Conhecimento em Ação*, vol. 2, n.
3, p. 70-90.

VILLAÇA, Flavio.
(1985). A terra como capital (ou terra-localização).
Espaço & Debates, Ano V, n. 16, p. 5-14.

Recebido em
outubro de 2023

Aprovado em
outubro de 2024